

A man wearing a blue long-sleeved shirt, dark pants, and a green cap is leaning over a wooden pier, looking at a sample in the water. The background shows a large body of water and distant hills under a clear sky.

RELATÓRIO TRIMESTRAL FINALÍSTICO E FINANCEIRO 2

Região 5

Felixlândia, Três Marias, São Gonçalo
do Abaeté, Abaeté, Biquinhas,
Morada Nova de Minas, Paineiras e
Martinho Campos

outubro a dezembro/2025

Relatório Trimestral Finalístico e Financeiro 2

Região 5 — outubro a dezembro/2025

—

Instituto Guaicuy

Elaboração:

Amanda de Oliveira Faria

Alice de Paula

Ana Paula Martins Hupp

Caroline Ferreira de Almeida

Gustavo Leite de Souza

Higor Gomes Pereira

Marcela Helena Lopes

Mônica Cássia de Souza Campos

Paula Campos Pereira

Paula de Sousa Constante

Paula Márcia Brasil Garcia

Paula Márcia Oliveira

Rodrigo Otavio Passos Ferreira

Thiago de Azevedo Moraes

Verônica Aparecida Silva Severino

Equipe Técnica

Alice de Paula

Assessoria Projetos de Mitigação

Amanda de Oliveira Faria

Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação

Ana Paula Martins Hupp

Assessoria Projetos de Mitigação

Anna Isabelly dos Santos Marinho

Coordenação de Administração e Logística

Bruno Luiz Pereira Tanzillo

Coordenação Jurídico Institucional

Caroline Ferreira de Almeida

Coordenação Regional - Morada Nova de Minas

Cristina dos Santos Silva

Coordenação de Recursos Humanos e Financeiros

Danúbia François Lage de Sá

Coordenação de Recursos Humanos e Financeiros

Gustavo Aguiar Simim

Coordenação Jurídico Institucional

Gustavo Leite de Souza

Coordenação Regional - Felixlândia

Higor Gomes Pereira

Assessoria de Projetos Internos

Isabela Alves Caiafa

Assessoria Projetos de Mitigação

Joana Tavares Pinto da Cunha

Coordenação de Comunicação Social

Laura Nunes Garcia

Coordenação de Comunicação Social

Luiz Henrique Gomes Lima

Coordenação de Administração e Logística

Marcela Helena Lopes

Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação

Marcus Vinicius Fernandes

Coordenação de Administração e Logística

Marcus Vinicius Ferreira Evaristo

Gerência

Marcus Vinicius Polignano

Diretoria

Matheus Lopes Ferreira

Coordenação de Comunicação Social

Miriam Távora Gomes

Coordenação de Recursos Humanos e Financeiros

Mônica Cássia de Souza Campos

Assessoria Projetos de Mitigação

Natália Ferraz Menezes

Coordenação de Comunicação Social

Nathalia Cristine Prado Pedersoli

Coordenação Administrativa

Paula Campos Pereira

Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação

Paula de Souza Constante

Assessoria Projetos de Mitigação

Paula Márcia Brasil Garcia

Assessoria Projetos de Mitigação

Paula Márcia Oliveira

Assessoria de Relacionamento Institucional

Paulo Henrique Vieira

Coordenação de Administração e Logística

Priscila Justina Rodrigues dos Santos

Coordenação de Comunicação Social

Rodrigo Otávio Passos Ferreira

Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação

Sarah Cecília Barbosa

Coordenação de Recursos Humanos e Financeiros

Taiciane de Fátima Rocha

Coordenação de Administração e Logística

Thiago de Azevedo Moraes

Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação

Verônica Aparecida Silva Severino

Coordenação de Recursos Humanos e Financeiros

Instituto Guaicuy, 2026

Endereço: Rua Brasópolis, 109 — Floresta,
Belo Horizonte/MG

CEP: 30150-170

Telefone: (31) 3024-9460

CNPJ: 04.518.749/0001-86

Inscrição Municipal: 0.186.109/001-0

Publicação: janeiro/2026

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATI	Assessoria Técnica Independente
CTC/UFGM	Comitê Técnico e Científico da Universidade Federal de Minas Gerais
EPA	Engenharia de Proteção Ambiental
ERM	Environmental Resources Management Ltda.
ERSHRE	Estudo de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IJs	Instituições de Justiça
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Nucard	Núcleo de Acompanhamento de Reparações por Desastres
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
PNAB	Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas
PTR	Programa de Transferência de Renda
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO	6
2.1 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA	7
2.1.1 Disponibilização das evidências das atividades realizadas	7
3. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO	9
3.1 ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL	10
3.1.1 PRODUTOS DA ATIVIDADE ID 1 – ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL	13
3.2 ACOMPANHAMENTO DE PERÍCIAS	15
3.2.1 Produtos da atividade ID 2 - Acompanhamento de Perícias	17
3.3 ACOMPANHAMENTO DOS ESTUDOS DE AVALIAÇÃO DE RISCO À SAÚDE HUMANA E RISCO ECOLÓGICO	18
3.3.1 Produtos da atividade ID 3 - Acompanhamento dos ERSHRE	19
3.4 ACOMPANHAMENTO DAS SITUAÇÕES EMERGENCIAIS	21
3.4.1 Produtos da atividade ID 4 - Acompanhamento das situações emergenciais	22
3.5 GESTÃO DO PROJETO	23
4. REFLEXÕES E APRIMORAMENTOS	32

1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta a prestação de contas finalística e financeira das atividades da Assessoria Técnica Independente (ATI) realizadas pelo Instituto Guaicuy entre outubro a dezembro de 2025, voltadas para as populações atingidas da Região 5 (Felixlândia, Três Marias, São Gonçalo do Abaeté, Abaeté, Biquinhas, Morada Nova de Minas, Paineiras e Martinho Campos), no âmbito do Processo Judicial relacionado ao rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho-MG.

Desde 2019, a atuação das ATIs foi reconhecida e consolidada como um direito das comunidades atingidas, com respaldo das Instituições de Justiça e de movimentos sociais. Em 2021, a Lei Estadual nº 32.795 instituiu a Política Estadual dos Atingidos por Barragens, reafirmando esse direito. Posteriormente, após a celebração do Acordo Judicial entre a Vale S.A. e o Estado de Minas Gerais — que deixou de contemplar aspectos fundamentais da reparação —, a Justiça aprovou, em 2023, os Planos de Trabalho das ATIs no âmbito do Processo Judicial. No entanto, a liberação dos recursos destinados às ATIs ocorreu apenas em maio de 2025, após a interposição de recursos pela Vale.

Este relatório se baseia no [Plano de Trabalho](#) revisado pelo Instituto Guaicuy, entregue às Instituições de Justiça e NUCARD em setembro de 2025, e detalha o modelo de acompanhamento e monitoramento das atividades realizadas. A prestação de contas inclui o monitoramento das atividades com as pessoas atingidas, o acompanhamento das ações do Plano de Trabalho e a execução financeira por rubrica.

Será apresentada a contextualização das atividades do Plano de Trabalho do Processo desenvolvidas no período, relativas ao: i) acompanhamento processual; ii) acompanhamento de perícias; iii) acompanhamento dos Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE) e iv) acompanhamento das situações emergenciais. A prestação de contas financeira será apresentada na descrição da atividade de Gestão do Projeto. Por fim, haverá uma conclusão destacando as principais questões do período.

2. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

O presente capítulo tem o objetivo de demonstrar como é realizado o monitoramento da execução do Plano de Trabalho e apresentar as possíveis atualizações, além de descrever como se dará a prestação de contas finalísticas do trimestre de outubro a dezembro de 2025.

De acordo com o Plano de Trabalho, o monitoramento é compreendido como a coleta e análise sistemática de dados com o objetivo de conhecer o andamento do projeto, o que inclui tanto a execução finalística, como a financeira. Assim, ficou definido que o monitoramento é realizado a partir do: I) Acompanhamento das atividades realizadas com as pessoas atingidas, por meio dos extratos das atividades; II) Acompanhamento do cronograma e execução das atividades, comprovadas por meio das entregas dos produtos pactuados e III) Acompanhamento da execução financeira.

A seguir serão apresentadas as metodologias utilizadas para realizar o acompanhamento dos itens citados:

I. Acompanhamento das atividades com pessoas atingidas:

A Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação realiza o acompanhamento cotidiano de cada atividade com pessoas atingidas, desde seu planejamento até seu registro e arquivamento de relatório e evidências nos sistemas internos do Instituto Guaicuy, por meio do Fluxo de Registro. As evidências das atividades com pessoas atingidas realizadas no trimestre serão disponibilizadas conforme será descrito no subcapítulo a seguir.

II. Acompanhamento do cronograma de execução das atividades do Plano de Trabalho e das suas entregas (produtos):

A equipe técnica responsável pela execução das atividades finalísticas do projeto remete à Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação mensalmente o andamento das atividades previstas no Plano, assim como os documentos e os produtos elaborados no período referentes às atividades em execução. Os produtos pactuados no Plano de Trabalho têm periodicidade de entrega semestral.

III. Acompanhamento dos gastos com a execução das atividades:

A Coordenação de Recursos Humanos e Financeiros realiza o acompanhamento dos dispêndios, vinculando-os às rubricas. Esse acompanhamento é fundamental para a gestão organizacional, pois permite planejar a aplicação de recursos para o melhor atendimento às pessoas atingidas, bem como monitorar a execução do projeto. Ademais, todos os processos de compras, contratações e pagamentos são pautados por normativas internas e documentados com o objetivo de garantir a segurança financeira e jurídica dos recursos, além de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades realizadas pela equipe do Instituto.

2.1 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA

Conforme o Plano de Trabalho, a prestação de contas finalística trimestral do projeto apresentará o andamento e as evidências comprobatórias da execução das atividades por meio dos e, quando for o caso, os produtos pactuados. Essas informações serão apresentadas no capítulo de [Acompanhamento da Execução do Plano de Trabalho](#), que é estruturado da seguinte forma:

- Uma tabela indicando o cronograma previsto e o status de execução das atividades do Plano de Trabalho neste trimestre;
- Subcapítulos apresentando uma breve contextualização do que foi desenvolvido em cada uma das atividades executadas, além de informações sobre avanços, possíveis atrasos e desafios no cumprimento do Plano de Trabalho.

O subcapítulo de cada atividade apresentará também os produtos das atividades pactuados no Plano de Trabalho (quando for o caso) e as evidências das atividades coletivas, quando ocorrer.

3. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Conforme previsto no Plano de Trabalho, todas as atividades programadas foram executadas no trimestre de outubro a dezembro de 2025. A seguir, apresenta-se o quadro de acompanhamento do status de execução de cada atividade, seguido dos subcapítulos que detalham as ações desenvolvidas nesse período, suas principais entregas e os possíveis desafios enfrentados.

Quadro 1: Execução das atividades no trimestre (outubro a dezembro de 2025)

ID	ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
1	Acompanhamento processual	01/07/25	30/06/28	SIM
2	Acompanhamento de perícias	01/07/25	30/06/28	SIM
3	Acompanhamento dos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico - ERSHRE	01/07/25	30/06/28	SIM
4	Acompanhamento das situações emergenciais	01/07/25	30/06/28	SIM
5	Gestão do projeto	01/07/25	30/06/28	SIM

Fonte: Elaboração própria (2026).

3.1 ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

A atividade **ID 1 – Acompanhamento Processual**, planejada para ser executada durante todo o período de duração do Plano de Trabalho, tem por objetivo garantir o monitoramento contínuo e eficaz do andamento do processo judicial coletivo. Trata-se uma atividade transversal aos IDs 2, 3 e 4 do Plano de Trabalho, voltada ao acompanhamento das ações e incidentes processuais não abarcados pelo Acordo Judicial de Reparação, assegurando a integração das informações e o suporte técnico-jurídico às demais frentes de atuação da ATI. A atividade compreende o acompanhamento sistemático das movimentações processuais, a identificação de possíveis impactos às pessoas atingidas, a produção de materiais informativos sobre o andamento do processo e a promoção de espaços participativos para repasse de informações e orientações, conforme a demanda das comunidades.

Durante o período de outubro a dezembro de 2025, o acompanhamento processual realizou o monitoramento sistemático das movimentações processuais proferidas em ações de primeiro e segundo grau de jurisdição, com o respectivo arquivamento e catalogação das peças processuais correspondentes, bem como a elaboração e a divulgação de materiais informativos sobre o andamento do processo. O compilado desses materiais será apresentado no produto 1 da atividade ID 1, que é o “Consolidado de Informações compartilhadas com as pessoas atingidas”.

Quadro 2: Tabela de monitoramento de ações judiciais do 1º grau

Autos	Classe	Assunto
5052244-03.2023.8.13.0024	Ação Civil Pública	Liquidação Coletiva
5071521-44.2019.8.13.0024	Ação Civil Pública	Projeto Brumadinho – UFMG– Chamadas Aglutinadas
5063550-95.2025.8.13.0024	Tutela de Urgência	Novo auxílio emergencial da PNAB

Quadro 3: Tabela de monitoramento de ações do 2º grau

Número dos autos	Classe	Assunto
1.0000.23.081018-6/002	Agravo de Instrumento	Recurso da Vale sobre a liquidação coletiva
1.0000.23.081018-6/005	Agravo de Instrumento	Suspensão das ações individuais

Número dos autos	Classe	Assunto
1.0000.24.066611-5/000	Agravo de Instrumento	Dupla fonte de custeio
1.0000.24.484735-6/001	Agravo de Instrumento	Planos de trabalho do processo
1.0000.25.106323-6/001	Agravo de Instrumento	Decisão Liminar sobre o novo auxílio da PNAB
1.0000.23.081018-6/003	Embargos de Declaração	Contra acórdão da liquidação coletiva
1.0000.24.066611-5/001	Embargos de Declaração	Contra acórdão da dupla fonte de custeio
1.0000.24.066611-5/002	Recurso Especial	Dupla fonte de custeio
1.0000.23.081018-6/006	Recurso Especial	Liquidação Coletiva
1.0000.25.106323-6/003	Agravo interno	Agravo das associações contra decisão monocrática que concedeu efeito suspensivo sobre novo auxílio emergencial
1.0000.23.081018-6/007	Agravo interno	Agravo da Vale contra decisão monocrática que manteve, em partes, a suspensão das ações individuais
1.0000.24.066611-5/003	Agravo em Resp	Dupla fonte de custeio
1.0000.25.106323-6/007	Conflito de Competência	Sobre o novo auxílio da PNAB
2025/0337030-5	Agravo em Resp	Dupla fonte de custeio
1.0000.24.484735-6/003	Agravo de Instrumento	Projeto Brumadinho – UFMG– Chamadas Aglutinadas
1.0000.23.081018-6/008	Embargos de Declaração	Contra acórdão do TJ que suspendeu as ações individuais de indenização
1.0000.25.106323-6/002	Agravo interno	Decisão Liminar sobre novo auxílio emergencial
1.0000.25.106323-6/008	Conflito de Competência	Conflito de competência sobre o novo auxílio emergencial
1.0000.25.106323-6/004	Agravo de Instrumento	Inclusão do Município de Brumadinho na processo do novo auxílio emergencial
1.0000.24.484735-6/002	Agravo de Instrumento	Grupo EPA - disponibilização de dados
1.449.302	Recurso Extraordinário	Liquidação Coletiva (legitimidade do MP no ingresso com liquidações coletivas de danos individuais homogêneos)
1.0000.24.484735-6/004	Embargos de Declaração	Planos de trabalho do processo
1.0000.25.106323-6/009	Agravo interno	Agravo da Vale contra decisão que revogou efeito suspensivo do Agravo de Instrumento - novo auxílio da PNAB
1.0000.25.491195-1/000	Reclamação	Novo auxílio emergencial da PNAB

Destacou-se no trimestre o acompanhamento jurídico da ação judicial referente ao Novo Auxílio Emergencial, medida determinada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), após o encerramento do Programa de Transferência de Renda (PTR) em outubro de 2025. A ATI atuou na análise da ação liminar e recursos subsequentes, em atenção à decisão proferida em novembro pelo TJMG que determinou o início dos pagamentos pela empresa Vale, iniciados em dezembro. Esse contexto exigiu especial dedicação para esclarecer e diferenciar o novo auxílio, previsto na Lei nº 14.755/2023 (Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas – PNAB), do antigo PTR oriundo do Acordo Judicial, considerando as dúvidas recorrentes da população.

A atuação da ATI no trimestre também incluiu a [participação institucional na Audiência Pública realizada no município de Felixlândia](#), em 10 de dezembro de 2025, convocada pela Câmara Municipal a pedido da Associação dos Atingidos da Bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias – Sentinelas R5. A audiência teve como pauta central a transição entre o Programa de Transferência de Renda (PTR) e o Novo Auxílio Emergencial, com ênfase nos impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes do encerramento do PTR, mesmo diante da não conclusão da reparação integral. A presença da ATI teve como objetivo contribuir com informações técnicas sobre o processo judicial, esclarecer dúvidas sobre a nova política de auxílio e fortalecer a defesa dos direitos da população atingida.

No âmbito da comunicação para a participação informada das pessoas atingidas, a ATI elaborou e divulgou uma série de conteúdos informativos, incluindo matérias no site e vídeos em seus canais oficiais. Destaca-se a criação do **programa “Direto ao Ponto”**, com o objetivo de responder, de maneira acessível, às dúvidas mais frequentes da população sobre o processo judicial. O [primeiro episódio](#), publicado em dezembro de 2025, teve como tema o Novo Auxílio Emergencial.

Outro destaque foi a [atualização da Linha do Tempo da Ação de Liquidação Coletiva](#), realizada em novembro, com o objetivo de sistematizar e apresentar, de forma cronológica, as principais movimentações processuais do período.

Dentre os produtos elaborados no período, destaca-se o Ofício nº 074/25-IG, encaminhado à Fundação Getulio Vargas (FGV) em 22 de outubro de 2025, no qual o Instituto Guaicuy relatou dificuldades enfrentadas pelas pessoas atingidas para

identificar corretamente os beneficiários dos valores informados por meio de mensagens SMS relativas ao Programa de Transferência de Renda (PTR) e ao Novo Auxílio Emergencial. A ATI alertou que, em muitos casos, um mesmo número de telefone é utilizado para o cadastro de mais de um membro familiar, o que gera dúvidas e insegurança na identificação das transferências. No documento, solicitou-se a avaliação da viabilidade de inclusão do nome completo ou identificação cadastral do beneficiário nas mensagens enviadas, com o objetivo de assegurar maior clareza e precisão das informações. O ofício foi respondido pela FGV, encerrando formalmente a tratativa. No período também foi elaborado o Ofício 089/25-IG, enviado em 11 de dezembro de 2025 às Associações que representam as pessoas atingidas na ação do novo auxílio emergencial. O documento, acompanhado de carta assinada pelas pessoas atingidas, solicita reunião para debater os critérios que deverão orientar o novo benefício, conforme a decisão judicial em vigor.

As evidências das atividades realizadas com pessoas atingidas referentes ao Acompanhamento Processual serão disponibilizadas no produto 3, apresentado no quadro a seguir.

3.1.1 PRODUTOS DA ATIVIDADE ID 1 – ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

Os produtos pactuados constituem instrumentos centrais para mensurar a efetividade do trabalho da assessoria técnica e evidenciar os resultados alcançados ao longo da execução do Plano de Trabalho. Conforme estabelecido, a entrega dos produtos ocorre com periodicidade semestral, possibilitando um acompanhamento mais robusto e a divulgação de resultados parciais do trabalho. O quadro a seguir apresenta os produtos pactuados para o primeiro semestre de execução deste Plano de Trabalho – julho a dezembro de 2025 –, referentes à execução da atividade **ID 1 – Acompanhamento Processual**:

Quadro 4: Produtos elaborados no semestre

ID	Atividade	Entregável / Produto	Link do produto
1	Acompanhamento Processual	1. Consolidado de Informações compartilhadas com as pessoas atingidas	 R5_ID 1_Produto 1_de...
		2. Compilado de Documentos Produzidos com Apoio Técnico da ATI para as IJs e/ou	 R5_ID 1_Produto 2_de...

ID	Atividade	Entregável / Produto	Link do produto
		pessoas atingidas	
		3. Consolidado de espaços participativos realizados e/ou acompanhados pela ATI, com os extratos das atividades	

Fonte: Elaboração própria (2026)

3.2 ACOMPANHAMENTO DE PERÍCIAS

A atividade **ID 2 – Acompanhamento de Perícias**, planejada para ser executada durante todo o período de duração do Plano de Trabalho, tem como objetivo realizar o acompanhamento das perícias realizadas pelo Comitê Técnico Científico da UFMG, buscando viabilizar a participação informada das pessoas atingidas quanto às movimentações e resultados das perícias em andamento e futuras.

No trimestre de julho a setembro de 2025, o produto de destaque foi a elaboração do [Painel das Perícias](#), que se encontra disponível no site do Instituto Guaicuy para ampla consulta pelas pessoas atingidas.

Em relação às movimentações processuais relativas às perícias no trimestre de outubro a dezembro de 2025, a atualização da situação geral dos subprojetos se deu no contexto de uma [Audiência Pública](#) específica para tratar das Perícias do CTC/UFMG. No dia 25 de novembro de 2025, o Comitê Técnico-Científico da Universidade Federal de Minas Gerais (CTC/UFMG) apresentou, em Audiência de Contextualização realizada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), uma síntese dos resultados das perícias já concluídas ao longo da Bacia do Rio Paraopeba. Cabe destacar que, sob a perspectiva da Região 5, essa Audiência teve enorme importância e repercussão por colocar em pauta pontos importantes como a necessidade de ampliação dos estudos periciais para os territórios do rio Paraopeba a jusante do reservatório da UHE Retiro Baixo e entorno do reservatório de Três Marias.

Essa audiência aconteceu por convocação do juiz Murilo Silvio de Abreu no âmbito dos Autos nº 5071521-44.2019.8.13.0024 e teve como objetivo dar publicidade aos avanços das pesquisas conduzidas no processo de reparação. Participaram da audiência os representantes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Ministério Público Federal, Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Vale, Assessorias Técnicas Independentes (AEDAS, NACAB e Instituto Guaicuy), além de integrantes da Auditoria AECOM e da ERM Brasil. Também estiveram presentes docentes e pesquisadores(as) do CTC/UFMG, bem como pessoas atingidas de toda a Bacia do Paraopeba e do entorno da Represa de Três Marias, acompanhadas por equipes das ATIs.

Ao término da audiência, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais solicitaram prazo para apresentação de manifestações, pedido acolhido pelo Juízo, que concedeu o prazo de 10 (dez) dias úteis para que as partes e as Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) se manifestassem e colocassem seus requerimentos. Posteriormente, esse prazo foi prorrogado para 20 dias úteis, conforme decisão proferida em 8 de dezembro. Em razão disso, o Instituto Guaicuy iniciou a elaboração de um documento contendo suas considerações acerca dos resultados apresentados pelos pesquisadores e demais aspectos relacionados às Perícias. O documento busca relacionar os resultados dos subprojetos periciais e aqueles principais achados verificados pelos estudos independentes conduzidos pela assessoria técnica na região 5 no mesmo período, de modo a reforçar a importância e corroborar os resultados obtidos, as possíveis lacunas e, sobretudo, reforçar a necessidade de ampliação das perícias para a região 5 (inclusive com o apoio das pessoas atingidas da região 4). O documento ainda encontra-se em elaboração e, portanto, não será apresentado no presente relatório.

De modo a dar transparência e validação ao processo de elaboração do documento técnico do Instituto Guaicuy a ser entregue ao Juízo, será realizada no próximo trimestre uma reunião junto às pessoas atingidas, para apresentação do documento que está em elaboração, ao tempo em que também pretendeu-se auxiliar as pessoas atingidas na construção de uma estratégia própria para a incidência e manifestação das mesmas sobre os estudos periciais.

Além da Audiência, foi realizada uma devolutiva individual, sob demanda, para uma pessoa atingida que solicitou esclarecimentos sobre o porquê de a Região 5 não ter sido incluída nos estudos periciais e o que poderia mudar a partir da realização da Audiência.

As evidências das atividades realizadas com pessoas atingidas referentes ao Acompanhamento das perícias serão disponibilizadas no produto 3, apresentado no quadro a seguir.

3.2.1 PRODUTOS DA ATIVIDADE ID 2 - ACOMPANHAMENTO DE PERÍCIAS

Os produtos pactuados constituem instrumentos centrais para mensurar a efetividade do trabalho da assessoria técnica e evidenciar os resultados alcançados ao longo da execução do Plano de Trabalho. Conforme estabelecido, a entrega dos produtos ocorre com periodicidade semestral, possibilitando um acompanhamento mais robusto e a divulgação de resultados parciais do trabalho. O quadro a seguir apresenta os produtos pactuados para o primeiro semestre de execução deste Plano de Trabalho – julho a dezembro de 2025 –, referentes à execução da atividade **ID 2 – Acompanhamento de Perícias**:

Quadro 5: Produto(s) elaborado(s) no semestre

ID	Atividade	Entregável / Produto	Link do produto
2	Acompanhamento de Perícias	1. Quadro ou painel de contextualização das perícias concluídas e as que estão em andamento	 R5_ID 2_Produto 1_dez_...
		2. Consolidado dos materiais informativos produzidos sobre as perícias	 R5_ID 2_Produto 2_dez_...
		3. Consolidado de espaços participativos realizados e/ou acompanhado pela ATI, com os extratos das atividades	

Fonte: Elaboração própria (2026)

3.3 ACOMPANHAMENTO DOS ESTUDOS DE AVALIAÇÃO DE RISCO À SAÚDE HUMANA E RISCO ECOLÓGICO

A atividade **ID 3 – Acompanhamento dos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico - ERSHRE**, planejada para ser executada durante todo o período de duração do Plano de Trabalho, tem como objetivo realizar o acompanhamento das ações vinculadas aos estudos, com vistas a informar as pessoas atingidas sobre seu andamento e promover o entendimento técnico dos seus resultados por parte das comunidades. No último trimestre de 2025, a atividade foi desenvolvida conforme o previsto.

O foco da atuação da ATI esteve no monitoramento das reuniões da AECOM, que trataram principalmente da transição da empresa responsável pela condução dos estudos, anteriormente o Grupo EPA, para a nova executora, a ERM Brasil Ltda. (Environmental Resources Management), cuja contratação e participação efetiva se consolidaram durante o trimestre.

Como parte das ações de acompanhamento direto dos estudos, em novembro foi criada uma [seção específica no site do Instituto Guaicuy para a divulgação de conteúdos relacionados aos ERSHRE](#), incluindo dados, notícias e a publicação periódica de um Boletim Informativo exclusivo, dedicado exclusivamente aos Estudos. O boletim passa a reunir, em estrutura e linguagem acessível, os principais encaminhamentos das reuniões da AECOM vinculados aos Estudos, garantindo transparência e continuidade no repasse de informações técnicas às pessoas atingidas. Neste período, os conteúdos publicados tiveram como objetivo sistematizar os avanços e desafios relacionados aos Estudos, considerando o novo contexto institucional com a entrada da empresa ERM. Os boletins publicados antes de novembro de 2025 seguem disponíveis no portal do Instituto Guaicuy, no link: [acompanhamento ERSHRE – Instituto Guaicuy](#).

Cabe mencionar que a Audiência de Contextualização, realizada em 25 de novembro de 2025, para a apresentação dos resultados dos subprojetos já finalizados pelo CTC/UFGM – apresentada na descrição da atividade ID 2 – também teve como por objetivo mitigar os atrasos acumulados nos ERSHRE, com o uso dos resultados já produzidos como subsídios técnicos para a otimização dos estudos em andamento. A equipe da ATI apoiou a organização e o acompanhamento das pessoas atingidas na

audiência, contribuindo com a preparação dos participantes e com o fortalecimento da participação informada.

Apesar dos avanços, a atividade enfrentou dificuldades relacionadas ao período de transição entre o Grupo EPA e a ERM, o que comprometeu a regularidade do fluxo de informações entre a empresa executora e a ATI. Persistem pendências relacionadas à definição de canais de comunicação formais, tanto com as assessorias quanto com as pessoas atingidas, à divulgação institucional do plano de trabalho e cronograma da nova executora e à garantia de participação dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) nas próximas fases dos estudos. Nesse sentido, permanece sem resposta o Ofício nº 60/2025-IG, encaminhado pela ATI aos Compromitentes e ao Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, que trata justamente dessas questões operacionais e de governança.

Ao final do trimestre, foram concluídas etapas internas de organização e de encerramento por parte do Grupo EPA, com a ERM assumindo progressivamente as atividades e finalizando o planejamento necessário para a continuidade da execução dos estudos, incluindo a entrega de plano de trabalho e cronograma atualizado.

As evidências das atividades realizadas com pessoas atingidas referentes ao Acompanhamento dos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico serão disponibilizadas no produto 3, apresentado no quadro a seguir.

3.3.1 PRODUTOS DA ATIVIDADE ID 3 - ACOMPANHAMENTO DOS ERSHRE

Os produtos pactuados constituem instrumentos centrais para mensurar a efetividade do trabalho da assessoria técnica e evidenciar os resultados alcançados ao longo da execução do Plano de Trabalho. Conforme estabelecido, a entrega dos produtos ocorre com periodicidade semestral, possibilitando um acompanhamento mais robusto e a divulgação de resultados parciais do trabalho. O quadro a seguir apresenta os produtos pactuados para o primeiro semestre de execução deste Plano de Trabalho – julho a dezembro de 2025 –, referentes à execução da atividade **ID 3 – Acompanhamento dos ERSHRE**:

Quadro 6: Produto(s) elaborado(s) no semestre

ID	Atividade	Entregável / Produto	Link do produto
3	Acompanhamento dos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico	1. Materiais elaborados pela ATI para divulgação de informações relacionadas aos ERSHRE (vídeos, notas técnicas, boletins, etc) com destaque aos realizados com as pessoas atingidas	 R5_ID 3_Produto 1_d...
		2. Relatório de Acompanhamento e Demandas sobre o ERSHRE	 R5_ID 3_Produto 2_d...
		3. Consolidado das Produções Técnicas e Espaços Participativos realizados e/ou acompanhados pela ATI, com os extratos das atividades	

Fonte: Elaboração própria (2025)

3.4 ACOMPANHAMENTO DAS SITUAÇÕES EMERGENCIAIS

A atividade **ID 4 – Acompanhamento das situações emergenciais**, planejada para ser executada durante todo o período de duração do Plano de Trabalho, tem como objetivo prestar suporte às pessoas atingidas no encaminhamento de denúncias, reclamações e outras demandas relacionadas a essas situações, bem como atuar na mediação com os atores externos envolvidos.

No trimestre atual, deu-se continuidade às atividades de acompanhamento das medidas emergenciais a partir da implementação de um novo fluxo para registro, tratamento e monitoramento das demandas, que passa pela captação e registro das demandas junto às pessoas atingidas pelas equipes de campo e posterior tratamento dos casos.

Seguindo a demanda iniciada no trimestre anterior, a ATI acompanhou a situação do sistema de abastecimento de água em filtro instalado pela Vale/SA na comunidade de Barra do Paraopeba, município de Felixlândia, onde foram identificadas e registradas queixas relacionadas à qualidade e à operacionalidade do sistema. Os moradores relataram que o sistema de filtragem de água instalado pela Vale S.A. vinha apresentando recorrentes indícios de inadequação da qualidade da água, frequentemente associados à presença de manganês, conforme informado verbalmente pelos técnicos responsáveis pela manutenção semanal. No entanto, não houve compartilhamento dos resultados das análises com a comunidade, e o sistema permaneceu em operação até meados do mês de dezembro, quando foi desativado sem esclarecimentos formais. Segundo os moradores, a água destinada à comunidade, quando o sistema está ativo, passa pelo filtro da Vale, segue para as caixas d'água comunitárias e, em alguns casos, por filtros domiciliares. Os moradores também relataram a presença de resíduos irregulares nas caixas d'água, com aspecto oleoso ("graxa"), cuja análise teria sido recusada pelos técnicos da Vale. Destacaram ainda que, em razão da má qualidade da água após o rompimento, o sistema exige manutenções muito frequentes, com limpezas a cada 3 a 5 dias e substituição completa dos filtros a cada dois meses. Adicionalmente, informaram a necessidade de substituição recorrente das torneiras residenciais, devido a processos de corrosão acelerada. O caso não teve

outros desdobramentos até o final do trimestre, e a ATI prosseguirá acompanhando a demanda de esclarecimentos sobre o caso encaminhada à Vale S.A.

3.4.1 PRODUTOS DA ATIVIDADE ID 4 - ACOMPANHAMENTO DAS SITUAÇÕES EMERGENCIAIS

Os produtos pactuados constituem instrumentos centrais para mensurar a efetividade do trabalho da assessoria técnica e evidenciar os resultados alcançados ao longo da execução do Plano de Trabalho. Conforme estabelecido, a entrega dos produtos ocorre com periodicidade semestral, possibilitando um acompanhamento mais robusto e a divulgação de resultados parciais do trabalho. O quadro a seguir apresenta os produtos pactuados para o primeiro semestre de execução deste Plano de Trabalho – julho a dezembro de 2025 –, referentes à execução da atividade **ID 4 – Acompanhamento das situações emergenciais**:

Quadro 7: Produto(s) elaborado(s) no semestre

ID	Atividade	Entregável / Produto	Link do produto
4	Acompanhamento das situações emergenciais	2. Consolidado de demandas apresentadas pelas pessoas atingidas, produções técnicas desenvolvidas e encaminhamentos realizados	 R5_ID 4_Produto 2...
		3. Consolidado de Materiais Informativos produzidos sobre Medidas Mitigatórias e outras situações emergenciais	Não foram produzidos materiais no semestre
		4. Consolidado de espaços participativos realizados e/ou acompanhado pela ATI, com os extratos das atividades	Não foram realizados espaços participativos para este ID no semestre

Fonte: Elaboração própria (2025)

3.5 GESTÃO DO PROJETO

A atividade **ID 5 – Gestão do Projeto**¹ contempla toda a estrutura organizacional necessária para a gestão do projeto, como aquelas que fornecem as bases jurídica, de sustentação financeira, de recursos humanos, de suporte tecnológico, de prestação de contas e de gestão para o projeto da ATI. A apresentação de sua execução neste relatório tem por objetivo promover a transparência quanto à alocação de recursos, além de possibilitar uma melhor compreensão da complexidade envolvida na viabilização das atividades finalísticas.

É importante destacar que este é um eixo transversal, voltado a garantir as condições necessárias para a execução financeira e técnica do projeto, com vistas ao alcance dos resultados esperados. Todas as ações descritas foram executadas conforme previsto no Plano de Trabalho.

Na sequência, são apresentados os resultados referentes à estrutura organizacional e à abordagem financeira no **período de Outubro a Dezembro de 2025**.

No que se refere à área de Recursos Humanos e Departamento Pessoal, suas atribuições englobam o recrutamento, seleção, contratação, integração, formação, capacitação e desenvolvimento de profissionais, estagiárias/os e jovens aprendizes, além da gestão da saúde no trabalho. Tais ações são conduzidas por meio de planejamento, execução e organização de dados, com o objetivo de formar uma equipe técnica capacitada e em condições adequadas de saúde e trabalho, assegurando o suporte necessário à assessoria técnica prestada às pessoas atingidas.

Em **31 de dezembro de 2025**, o Instituto Guaicuy contava com 26 profissionais atuando integralmente, além da participação de outros 11 profissionais na execução das atividades do plano de trabalho, com atuação distribuída entre as Regiões 4 e 5. A maior parte dessa equipe foi incorporada à instituição por meio de processos seletivos públicos, conforme editais divulgados no portal de transparência. A listagem analítica da força de trabalho, atualizada para a data mencionada:

¹ A Atividade de Gestão de Projetos foi impactada diretamente pelas indefinições e atrasos no início da implantação nos Planos do Acordo, já que há necessidade de rateio entre os três planos de trabalho do Paraopeba. Os impactos serão apresentados no capítulo 4.5.1 Adequação do Plano de Trabalho e Alocação de Despesas.

Tabela 1: Força de trabalho nas Regiões 4 e 5

Matrícula	DATA ADMISSÃO	PERCENTUAL ALOCAÇÃO	REGIÃO	CARGO	UNIDADE ORGANIZACIONAL
236	24/06/2020	100,00%	4 e 5	ANALISTA PLENO	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
487	01/07/2025	100,00%	4 e 5	ESTAGIÁRIA/O PÓS	ASSESSORIA PROJETOS DE MITIGAÇÃO
363	13/06/2022	100,00%	4 e 5	ANALISTA SÊNIOR	ASSESSORIA DE TECNOLOGIA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
457	17/04/2024	100,00%	4 e 5	ANALISTA SÊNIOR	ASSESSORIA PROJETOS DE MITIGAÇÃO
65596	14/08/2025	100,00%	4 e 5	JOVEM APRENDIZ	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
233	24/06/2020	100,00%	4 e 5	SUPERVISORA/OR	COORDENAÇÃO JURÍDICO INSTITUCIONAL
127	07/12/2020	47,50%	5	COORDENADORA/OR	COORDENAÇÃO REGIONAL - MORADA
442	07/11/2023	100,00%	4 e 5	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS
31	02/08/2021	100,00%	4 e 5	ANALISTA PLENO	COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS
325	03/03/2022	47,50%	4	COORDENADORA/OR	COORDENAÇÃO REGIONAL - POMPEU
258	30/04/2020	47,50%	4 e 5	COORDENADORA/OR	COORDENAÇÃO JURÍDICO INSTITUCIONAL
418	17/07/2023	47,50%	5	COORDENADORA/OR	COORDENAÇÃO REGIONAL - FELIXLANDIA
248	30/04/2020	47,50%	4 e 5	ASSESSORA/OR CHEFE	ASSESSORIA DE PROJETOS INTERNOS
217	24/06/2020	100,00%	4 e 5	SUPERVISORA/OR	COORDENAÇÃO REGIONAL - POMPEU
294	01/12/2021	47,50%	4 e 5	COORDENADORA/OR	COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
251	30/04/2020	100,00%	4 e 5	ANALISTA SÊNIOR	COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
86	14/12/2020	47,50%	4 e 5	AGENTE DE LOGÍSTICA	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
360	23/05/2022	100,00%	4 e 5	ANALISTA JÚNIOR	ASSESSORIA DE TECNOLOGIA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
94	14/12/2020	100,00%	4 e 5	CHEFE ADMINISTRATIVO	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
256	30/04/2020	100,00%	4 e 5	GERENTE	GERENCIA
241	26/05/2020	100,00%	4 e 5	DIRETORA/OR	DIRETORIA
347	18/04/2022	100,00%	4 e 5	ANALISTA PLENO	COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
266	30/04/2020	100,00%	4 e 5	ANALISTA PLENO	COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS
182	01/12/2020	100,00%	4 e 5	SUPERVISORA/OR	ASSESSORIA PROJETOS DE MITIGAÇÃO
213	24/06/2020	100,00%	4 e 5	ANALISTA SÊNIOR	COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
215	24/06/2020	100,00%	4 e 5	ANALISTA SÊNIOR	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
261	30/04/2020	100,00%	4 e 5	COORDENADORA/OR	ASSESSORIA DE TECNOLOGIA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
219	24/06/2020	100,00%	4 e 5	ASSESSORA/OR CHEFE	ASSESSORIA PROJETOS DE MITIGAÇÃO
252	30/04/2020	100,00%	4 e 5	ANALISTA SÊNIOR	ASSESSORIA PROJETOS DE MITIGAÇÃO
82	08/02/2021	47,50%	4 e 5	ASSESSORA/OR CHEFE	ASSESSORIA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL
205	24/06/2020	47,50%	4 e 5	COORDENADORA/OR	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
451	17/04/2024	100,00%	4 e 5	ANALISTA PLENO	COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
116	07/12/2020	100,00%	4 e 5	ANALISTA SÊNIOR	ASSESSORIA DE TECNOLOGIA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
80	12/03/2021	100,00%	4 e 5	ANALISTA SÊNIOR	COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS
1	01/11/2021	100,00%	4 e 5	ANALISTA PLENO	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
257	30/04/2020	47,50%	4 e 5	ASSESSORA/OR CHEFE	ASSESSORIA DE TECNOLOGIA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

214	24/06/2020	47,50%	4 e 5	COORDENADORA/OR	COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS
-----	------------	--------	-------	-----------------	---

Fonte: Elaboração própria (2026).

A seguir, apresentamos a distribuição do quadro de trabalhadoras/es por localidade e por equipe:

Figura 1 — Profissionais com Atuação Integral (em 31/12/2025)²



Fonte: Elaboração própria (2026).

Figura 2 — Profissionais com Atuação Parcial (em 31/12/2025)³



Fonte: Elaboração própria (2026).

² **Atuação integral** refere-se aos trabalhadores cujo centro de custo está alocado integralmente no plano de trabalho em questão, ainda que haja rateio entre as regiões 4 e 5.

³ **Atuação parcial**, por sua vez, abrange os trabalhadores cujo centro de custo esteja rateado entre mais de um projeto e/ou região.

A contratação de profissionais e estagiárias/os via CLT e lei do estágio garante o direito a férias anuais de forma remunerada. O valor total despendido no trimestre com férias foi de R\$ 15.325,28 (quinze mil, trezentos e vinte e cinco reais e vinte e oito centavos).

Figura 4 – Custeio de férias – Região 5



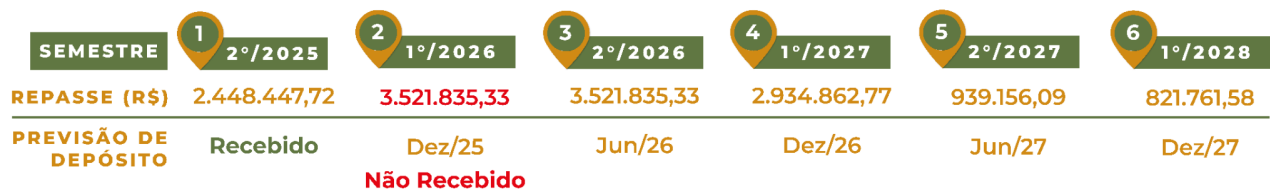
Fonte: Elaboração própria (2026).

Os detalhamentos de valores auferidos relacionados à folha de pagamento de salário das/os profissionais, encargos previstos por lei, podem ser conferidos por meio do [link](#).

A gestão financeira e de prestação de contas objetiva realizar pagamentos e gestão de tesouraria, prestação de contas e controladoria, administração de reembolsos e de contratos. Para tal, são realizadas ações de planejamento, execução e organização de dados, direcionadas ao bom uso do recurso financeiro disponibilizado para a promoção da assessoria técnica e sua prestação de contas.

O primeiro repasse de recursos foi realizado em 13/06/2025 e o depósito de novos valores está previsto para acontecer conforme o cronograma apresentado no Plano de Trabalho entregue, que pode ser verificado na figura a seguir:

Figura 5 – Cronograma de repasse de recursos



Fonte: Elaboração própria (2026).

Apresentam-se neste relatório as informações dos contratos firmados, bem como os gastos relacionados às obrigações tributárias e outras despesas desembolsadas,

conforme extratos bancários.

Tabela 2 — Movimentação financeira na Região 5: julho/25 a setembro/25

Saldo em 01/10/2025	Rendimento Líquido das Aplicações	Executado	Saldo Disponível em 01/01/2026	
R\$ 2.521.969,66	R\$ 40.936,83	R\$ 1.325.667,57	Saldo em Conta	R\$ 1.237.238,92
			Fundo Rescisório	-
			Total	R\$ 1.237.238,92

Fonte: Elaboração própria (2026).

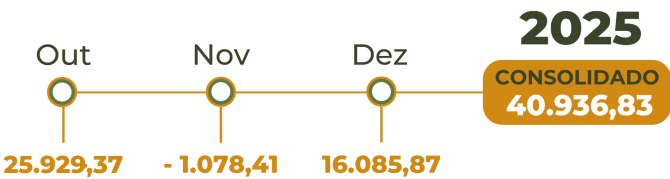
O presente relatório apresenta a execução das atividades realizadas no período de **outubro a dezembro de 2025**, durante o qual foram desembolsados aproximadamente R\$1,3 milhão de reais, correspondendo a 109% do orçamento atualizado para o trimestre.

Em 01 de janeiro de 2026, o saldo disponível em conta corrente era de **R\$1.237.238,92** (um milhão, duzentos e trinta e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos), valor imediatamente acessível para as despesas operacionais. Até o presente momento, não foi constituído **fundo rescisório** para cobrir eventuais despesas relacionadas à desmobilização futura.

Os recursos disponibilizados pelas Instituições de Justiça ao Instituto Guaicuy, para a execução do Plano de Trabalho, enquanto não utilizados, são mantidos em aplicações financeiras conservadoras, com remuneração e liquidez imediata. Dessa forma, todo rendimento obtido por meio dessas aplicações seja integralmente revertido à execução das atividades previstas no referido Plano de Trabalho.

Assim, apresentamos na Figura 6 o detalhamento dos rendimentos líquidos das aplicações (já descontados os valores de IR e IOF):

Figura 6 — Rendimento de aplicações financeiras



Fonte: Elaboração própria (2026).

A seguir, apresentamos o detalhamento da execução financeira do trimestre por rubrica:

Tabela 3 — Execução financeira Região 5 por rubrica

	10/2025	11/2025	12/2025	TOTAL
ALIMENTAÇÃO			R\$ 2.245,64	R\$ 2.245,64
ESPAÇOS PARTICIPATIVOS				R\$ 0,00
MATERIAL PERMANENTE / INVESTIMENTO			R\$ 16.837,88	R\$ 16.837,88
MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE		R\$ 753,98	R\$ 158,67	R\$ 912,65
SERVIÇOS		R\$ 5.232,57	R\$ 15.449,98	R\$ 20.682,55
ENCARGOS SOCIAIS		R\$ 245.807,89	R\$ 105.639,23	R\$ 351.447,12
TRANSPORTE			R\$ 26.321,85	R\$ 26.321,85
VIAGENS				R\$ 0,00
PROVENTOS LÍQUIDO	R\$ 392.201,89	R\$ 207.142,75	R\$ 158.426,15	R\$ 757.770,79
BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - EMPREGADO E PATRONAL		R\$ 110.056,13	R\$ 28.976,64	R\$ 139.032,77
OUTROS			R\$ 26,80	R\$ 26,80
CONSOLIDADO	R\$ 392.201,89	R\$ 568.993,32	R\$ 354.082,84	R\$ 1.315.278,05

Fonte: Elaboração própria (2026).

Os custos relacionados à folha de pagamento e aos benefícios representaram 94,9% da execução total do trimestre, enquanto que 1,57% foram despendidos com serviços e contratações, além de 2,17% em transporte, viagens e alimentação. Os demais custos representam 1,35% do total.

Em seguida, apresentamos o detalhamento da execução financeira por semestre e por rubrica em relação ao orçado.

Tabela 4 — Orçado x Realizado por Rubrica - Região 5

	ORÇADO						REALIZADO						
	julho/ 2025	agosto/ 2025	setembro/ 2025	outubro/ 2025	novembro /2025	dezembro /2025	julho/ 2025	agosto/ 2025	setembro /2025	outubro/ 2025	novembro/ 2025	dezembro /2025	%
ALIMENTAÇÃO	R\$ 4.033	R\$ 4.033	R\$ 4.033	R\$ 4.033	R\$ 4.033	R\$ 4.275				R\$ 3.360		R\$ 1.455	19,70%
ESPAÇOS PARTICIPATIVOS	R\$ 348	R\$ 348	R\$ 348	R\$ 348	R\$ 348	R\$ 369							0,00%
MATERIAL PERMANENTE / INVESTIMENTO	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0							0,00%
MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 774	R\$ 774	R\$ 774	R\$ 774	R\$ 774	R\$ 820			R\$ 1.123		-R\$ 754	R\$ 144	10,94%
SERVIÇOS	R\$ 15.085	R\$ 15.989	R\$ 15.807	R\$ 19.572	R\$ 15.712	R\$ 18.576			R\$ 3.009	R\$ 2.960	-R\$ 1.718	R\$ 7.829	11,99%
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 39.907	R\$ 45.018	R\$ 57.646	R\$ 57.646	R\$ 57.646	R\$ 57.646		R\$ 120.658	R\$ 122.324	R\$ 122.342	-R\$ 82.767	R\$ 51.698	105,94%
TRANSPORTE	R\$ 16.298	R\$ 16.298	R\$ 15.868	R\$ 16.298	R\$ 15.868	R\$ 17.087				R\$ 25		R\$ 9.586	9,84%
VIAGENS	R\$ 3.481	R\$ 3.481	R\$ 3.481	R\$ 3.481	R\$ 3.481	R\$ 3.690							0,00%
PROVENTOS LÍQUIDO	R\$ 58.182	R\$ 65.634	R\$ 84.044	R\$ 84.044	R\$ 84.044	R\$ 84.044	R\$ 146.681	R\$ 175.671	R\$ 162.423	-R\$ 218.787	-R\$ 15.853	R\$ 76.026	70,91%
BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	R\$ 8.472	R\$ 9.557	R\$ 12.237	R\$ 12.237	R\$ 12.237	R\$ 12.237	R\$ 2.594	R\$ 16.356	R\$ 26.865	R\$ 30.756	-R\$ 20.406	R\$ 14.405	105,36%
OUTROS	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0				R\$ 27		R\$ 27	-100%
CONSOLIDADO	R\$ 146.580	R\$ 161.132	R\$ 194.238	R\$ 198.433	R\$ 194.143	R\$ 198.744	R\$ 149.276	R\$ 312.685	R\$ 315.743	-R\$ 59.318	-R\$ 121.498	R\$ 161.170	69,34%

Fonte: Elaboração própria (2026).

As informações elencadas na Tabela 5, a seguir, apresentam a movimentação da conta corrente inicial e das despesas ocorridas no período.

Tabela 5 – Extrato de movimentação em conta corrente – Região 5

MÊS	MOVIMENTAÇÃO - R5				SALDO
	ENTRADA	SAÍDA	MOV. DO MÊS	RENDIMENTOS	
<i>Depósito Judicial em 13/06/2025</i>					R\$ 2.448.447,72
julho 2025	R\$ 0,00	R\$ 4.903,83	R\$ 4.903,83	R\$ 31.515,29	R\$ 2.475.059,18
agosto 2025	R\$ 4.000,00	R\$ 5.070,45	R\$ 1.070,45	R\$ 24.489,78	R\$ 2.498.478,51
setembro 2025	R\$ 0,00	R\$ 2.102,31	R\$ 2.102,31	R\$ 25.593,46	R\$ 2.521.969,66
outubro 2025	R\$ 0,00	R\$ 393.225,76	R\$ 393.225,76	R\$ 25.929,37	R\$ 2.154.673,27
novembro 2025	R\$ 0,00	R\$ 570.084,69	R\$ 570.084,69	-R\$ 1.078,41	R\$ 1.583.510,17
dezembro 2025	R\$ 151.052,19	R\$ 513.409,31	R\$ 362.357,12	R\$ 16.085,87	R\$ 1.237.238,92
TOTAL ACUMULADO	R\$ 2.603.499,91	R\$ 1.488.796,35	R\$ 1.333.744,16	R\$ 122.535,36	

Fonte: Elaboração própria (2026).

Até o mês de setembro de 2025, a **Região 5** apresentou um movimento financeiro total de **R\$ R\$ 1.333.744,16** (um milhão, trezentos e trinta e três mil, setecentos e quarenta e quatro reais e dezesseis centavos).

O **saldo remanescente**, considerando os rendimentos das aplicações financeiras e o saldo em conta na data de **1º de janeiro de 2026**, é de **R\$ 1.237.238,92** (um milhão, duzentos e trinta e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos).

Até o presente momento, não foi constituído fundo rescisório para cobrir eventuais despesas relacionadas à desmobilização futura.

O detalhamento da execução orçamentária, despesas, valores, tipos de pagamento e extrato bancário, ocorrida no trimestre, pode ser visualizado por meio do [link](#).

Foram apresentadas, neste relatório, as informações referentes aos dispêndios realizados no trimestre na Região 5. A prestação de contas financeiras constitui uma das obrigações previstas entre o Instituto Guaicuy e as Instituições de Justiça, tendo como principal finalidade subsidiar a análise da auditoria contábil-financeira, com vistas à comprovação da correta aplicação dos recursos, em conformidade com o Plano de Trabalho.

Todos os documentos comprobatórios relacionados aos gastos efetuados no

período — incluindo contratos, notas fiscais, relatórios, processos de aquisição de bens e serviços, entre outros — foram devidamente organizados e disponibilizados para análise da auditoria externa, assegurando a transparência e a rastreabilidade das despesas realizadas.

4. REFLEXÕES E APRIMORAMENTOS

O presente Relatório Trimestral Finalístico e Financeiro consolida as atividades desenvolvidas pelo Instituto Guaicuy, no âmbito da Assessoria Técnica Independente da Região 5, no período de outubro a dezembro de 2025, em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado no Processo Judicial decorrente do rompimento da barragem do Córrego do Feijão.

No trimestre, a execução integral das atividades previstas reafirma a centralidade da Assessoria Técnica Independente como instrumento de garantia de direitos das populações atingidas e de qualificação do processo de reparação. As ações de acompanhamento processual, monitoramento das perícias, acompanhamento dos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE) e suporte às demandas relacionadas às situações emergenciais contribuíram para fortalecer a participação informada das pessoas atingidas e subsidiar tecnicamente a atuação das Instituições de Justiça.

O período analisado foi marcado por importantes disputas e definições no campo da reparação, especialmente no que se refere à transição entre o Programa de Transferência de Renda e o Novo Auxílio Emergencial, bem como aos encaminhamentos relacionados às perícias e aos estudos de risco. Nesse contexto, a atuação da ATI foi orientada pela defesa da reparação integral, pela mediação qualificada entre as pessoas atingidas e os entes responsáveis e pela produção de informações técnicas acessíveis, fundamentais para o exercício do controle social das comunidades atingidas.

No que tange à gestão do projeto, a execução financeira observou os princípios da legalidade, transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos destinados à assessoria técnica, assegurando as condições institucionais necessárias para a continuidade das atividades. Por fim, este relatório evidencia que, embora persistam desafios estruturais e operacionais no processo de reparação, a Assessoria Técnica Independente permanece como um elemento estratégico para a efetivação dos direitos das populações atingidas e para o acompanhamento crítico das medidas adotadas no âmbito judicial e administrativo.